

A inserção dos egressos dos cursos técnicos do Pronatec no mercado de trabalho

**André Luis Gonçalves Pereira
Ramon de Oliveira**

André Luis Gonçalves Pereira

Instituto Federal de Pernambuco, IFP,
Campus Belo Jardim/PE

E-mail: andre.pereira@belojardim.ifpe.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0460-2415>

Ramon de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco,
UFPE

E-mail: ramono@elogica.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2374-2627>

Resumo

O Pronatec se estabeleceu como um dos maiores programas de qualificação profissional desenvolvidos pelo governo Federal. Deve-se considerar não só o número de pessoas formadas, de recursos financeiros disponibilizados e do envolvimento de diversos agentes institucionais, sejam públicos ou privados. Diante disso, este artigo discute as repercussões das atividades deste Programa na vida dos jovens que procuram estas formações como mecanismos de ajudar na sua inserção no mercado de trabalho. Os cursos que serviram de referência para esta análise foram os de Técnicos de Alimentos e de Técnico em Segurança do Trabalho, realizados no Campus do IFPE de Vitória de Santo Antão, município do interior de Pernambuco, situado na Zona da Mata. Foram realizadas entrevistas com 12 egressos (seis de cada curso técnico investigado), 03 docentes e 02 gestores do Pronatec no Campus Vitória de Santo Antão. Conclui-se que no Pronatec, ao predominar o oferecimento de cursos aligeirados e desvinculados de qualquer perspectiva de formação omnilateral, termina por se configurar como mecanismo de instrumentalização do estudante para um hipotético trabalho futuro, fortalecendo o senso comum, reforçando a visão meritocrática que serve para a criminalização da pobreza e, acima de tudo, para a ilusão de que a educação transforma individualmente a vida das pessoas.

Palavras-chave: Juventude; Pronatec; Qualificação Profissional.

Recebido em: 24/08/2017

Aprovado em: 10/12/2018



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e52345>

Abstract**The graduated insertion of pronatec technical courses in the labor market**

Pronatec has established itself as one of the largest professional qualification programs developed by the Federal Government. It is considered not only the number of qualified people, but also the financial resources available and the involvement of several institutional agents, whether public or private. So, this article discusses the repercussions of the activities in this Program on the young people lives who seek these formations as mechanisms to help their insertion into the labor market. The courses that served as reference for this analysis were those of Food Technician and Work Safety Technician, held at the Campus of the Federal Institute of Pernambuco (IFPE), in Vitória de Santo Antão, in the countryside of Pernambuco state. Interviews were conducted with 12 graduates (six from each technical course investigated), 03 teachers and 02 Pronatec managers at the Vitória de Santo Antão Campus. The results showed that Pronatec has offered a predominance of short-term and disconnected courses from any perspective of omnilateral formation configured as a mechanism for the student's instrumentation for a hypothetical future work, strengthening common sense, reinforcing the meritocratic vision that serves to criminalization of poverty and, above all, to create the illusion that education transforms individual lives individually.

Keywords:

Young people.
Pronatec.
Professional
Qualification.

Resumen**La inserción de los egresados de los cursos técnicos del pronatec en el mercado de trabajo**

El Pronatec se estableció como uno de los más importantes programas de cualificación profesional desarrollados por el Gobierno Federal brasileño. El gran número de personas formadas, de recursos financieros invertidos y el desarrollo de diversos agentes institucionales, públicos o privados lo comprueban. Este artículo discute las repercusiones de las actividades de este Programa en la vida de los jóvenes que buscaron estas formaciones como mecanismos de ayudar su inserción en el mercado laboral. Fueron analizados los cursos de formación de Técnicos en Alimentos y de Técnico en Seguridad del Trabajo realizados en el campus del IFPE de Vitória de Santo Antão, ciudad del interior de Pernambuco, ubicada en la “zona da mata” pernambucana. Se realizaron entrevistas con 12 egresados (seis de cada curso técnico investigado), 03 maestros y dos gestores del Pronatec en el Campus Vitória de Santo Antão). se concluye que al predominar en el Pronatec el ofrecimiento de cursos de corta duración y no vinculados a cualquier perspectiva de formación omnilateral, se configura como una manera de instrumentalizar el estudiante hacia un hipotético trabajo futuro, fortaleciendo el sentido común, la visión meritocrática que criminaliza la pobreza y sobre todo para la fantasía de que la educación cambia individualmente la vida de las personas.

Palabras clave:

Juventud.
Trabajo.
Pronatec.
Calificación
Profesional.

Introdução

Um jovem sorridente, com uniforme de operário, sendo elevado em frente a uma instalação industrial, e os dizeres: “Cada brasileiro que cresce faz o Brasil melhor”. Essa é a imagem inicial encontrada no site do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). A crença na ascensão profissional através dos estudos, a realidade excludente de nossas cidades e a notável diferença entre a remuneração do capital e do trabalho fazem esse Programa do Governo Federal entrar no imaginário da classe trabalhadora como uma perspectiva concreta de inserir-se no mercado de trabalho de maneira digna.

Tendo como referência o fato de que o Pronatec estabeleceu-se como um dos maiores programas de qualificação profissional desenvolvidos pelo governo Federal, considerando não só o número de pessoas formadas, de recursos financeiros disponibilizados e do envolvimento de diversos agentes institucionais, sejam públicos ou privados, entendemos ser pertinente discutir os impactos da formação adquirida durante a realização de cursos técnicos na inserção dos egressos no mercado de trabalho. Por outro lado, se é expressivo o quantitativo de trabalhos voltados direta ou indiretamente ao debate as ações públicas de qualificação ou reformas na educação profissional brasileira visando atender à emergência da produção flexível e a sua exigência de um novo perfil técnico e comportamental dos trabalhadores (ANTUNES, 1995, KUENZER, 2007, SHIROMA e CAMPOS, 1997, FRANCO, 1998, PAIVA, 1995, RAMOS, 2001, entre outros), carecemos de trabalhos que voltem a sua preocupação para debater os resultados das políticas públicas de qualificação profissional tendo como referência os egressos destas ações.

Os dados de ingresso no mercado de trabalho por parte dos alunos de cursos técnicos de instituições federais teve um aprofundado estudo relatado na “Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)” realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). Embora tenha sido realizada em uma conjuntura onde havia menos escolas federais profissionais do que hoje encontramos, trata-se de uma importante investigação.

A citada pesquisa constatou que 72% dos egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de EPT no Brasil estão inseridos no mercado de trabalho. Dentre os egressos que trabalham, 44% atuam na área do curso técnico.

Já Rocha *et al.* (2005), pesquisando especificamente os egressos dos cursos técnicos do então CEFET-RN, verificou que 38,5% trabalhavam em sua área de formação e 61,5% não estavam trabalhando em sua área de formação.

Há uma comprovada carência de dados mais aprofundados sobre a situação dos egressos nos cursos técnicos do país. Esta carência de dados está relacionada ao fato do Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), importante ferramenta para aferir os efetivos impactos das políticas públicas de profissionalização, ser por vezes negligenciado ou simplesmente inexistente. Deluiz *et al.* (2003) assinala que é importante estudar os impactos socioeconômicos que consistem em identificar a geração/elevação de renda, a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, a mudança ou permanência na ocupação, a melhoria do desempenho profissional, a criação de formas alternativas de trabalho associativo, autogerido, micro/pequenos empreendimentos.

Se o acompanhamento da inserção profissional de egressos de cursos técnicos em todo o país se mostra como incipiente, quando pesquisamos especificamente os cursos técnicos ofertados através do Pronatec a lacuna mostra-se mais evidente. Daí vislumbrarmos o quanto esta nossa investigação possa contribuir para um maior conhecimento das repercussões das atividades deste Programa na vida dos jovens que procuram estas formações como mecanismos de ajudar na sua mobilidade social.

Os cursos que serviram de referência para esta análise foram os de Técnicos de Alimentos e de Técnico em Segurança do Trabalho, realizados no *Campus* do IFPE de Vitória de Santo Antão, município da interior de Pernambuco, situado na zona da mata. Ambos os cursos foram ofertados no âmbito do Pronatec.

Os depoimentos aqui analisados correspondem a 12 entrevistas semiestruturadas com 12 egressos (seis de cada curso técnico investigado), 03 docentes e 02 gestores do Pronatec no *Campus* Vitória de Santo Antão. Estas entrevistas foram realizadas por um período de três meses, havendo a necessidade de visitar nove egressos em suas casas e três egressos em seus locais de trabalho. A totalidade dos docentes e gestores foi entrevistada em seus locais de trabalho.

Os sujeitos foram eleitos para a realização destas entrevistas por diferentes razões. No caso dos egressos, escolhemos de maneira aleatória os 12 entrevistados, com base na relação de alunos fornecida pelo IFPE. O número nos pareceu representativo, por abranger 37,5% dos que concluíram os cursos. Os gestores foram escolhidos pela importância do cargo ocupado para a dinâmica do funcionamento do Pronatec no IFPE *Campus* Vitória de Santo Antão. No caso dos docentes, foram entrevistados 21,05% dos que trabalham na oferta dos cursos.

Embora aqui delimitemos nossa discussão ao quanto a realização dos cursos técnicos contribuiu para a inserção dos egressos no mercado de trabalho, é importante registrar que nas entrevistas objetivou-se captar a percepção que egressos e docentes sobre diferentes aspectos dos cursos técnicos ofertados, uma vez que os resultados aqui apresentados são vinculados a

uma pesquisa maior que objetivou investigar a implementação dos cursos técnicos do Pronatec no *Campus* Vitória de Santo Antão do IFPE.

O registro das entrevistas semiestruturadas foi feito através da gravação direta em áudio. Optamos por esta forma de registro pela possibilidade de ser mais fidedigno ao depoimento dos pesquisados, já que inúmeros traços importantes, como hesitações, mudança do tom e ênfases são passíveis de registro através da gravação direta. Notamos que a presença do gravador não causou uma intimidação substancial nos depoentes, até pela familiaridade dos mesmos com novas tecnologias de vídeo e áudio. Procuramos ser bastante claros com os depoentes sobre a importância e a finalidade de seus registros, já que “é muito importante que o entrevistado esteja bem informado sobre os objetivos da entrevista e de que as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, respeitando-se sempre o sigilo com relação aos informantes” (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 55).

A nossa pesquisa concentrou-se no *Campus* do IFPE de Vitória de Santo Antão, município do interior de Pernambuco situado na Zona da Mata deste estado. Esta cidade conta com população estimada pelo IBGE de 135.805 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹ é de 0,640 (IBGE,2010). Segundo as estatísticas do Cadastro Geral de Empresas² (2013), neste município atuam 2.208 empresas e dentre estas se destacam como importantes indústrias o Engarrafamento Pitú, a CIV (Companhia Industrial de Vidros), o BRFoods, o Grupo JB, a Kraft Food, a Elcoma Computadores, a Isoeste, a MC Bauchemie Brasil e a Metalfrio Solutions (NORONHA, 2013).

O *Campus* Vitória de Santo Antão do IFPE oferece predominantemente cursos FIC do Pronatec. Ao longo da oferta do Programa, um total de 13 cursos já foi executado no *Campus*. Os únicos cursos técnicos ofertados pela instituição, na modalidade concomitante ao ensino médio, foram o objeto de nossa pesquisa: o curso de Técnico em Alimentos e o de Técnico em Segurança do Trabalho. Ambos foram iniciados em 2012 e a seleção dos alunos foi de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação. No citado *Campus* são também ofertados (de maneira regular) cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes, na modalidade PROEJA e dois cursos de nível superior.

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano.

² Fornece informações sobre pessoal ocupado e salários e outras remunerações de empresas e unidades locais formalmente constituídas, registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, e que estão ativas no ano-base do levantamento. São consideradas ativas as empresas e unidades locais que apresentam declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, bem como aquelas que se encontram em operação, investigadas nas pesquisas de indústria, construção, comércio e serviços do IBGE (IBGE, 2013).

Sobre o Pronatec e o contexto do mercado de trabalho brasileiro

O Pronatec teve início em 2011, através da lei n. 12.513, materializando um ambicioso Programa de qualificação profissional. Programa desenvolvido com uma série de ações voltadas ao ensino técnico e profissionalizante e altamente capilarizado, já que 72,3% dos municípios brasileiros ofertam ou já ofertaram cursos relacionados ao Pronatec.

Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica no período de criação do Pronatec, destaca que o programa busca “uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele” (PACHECO, 2011, p. 15). São objetivos do Pronatec:

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio (BRASIL, 2011).

Estes objetivos são viabilizados através de várias iniciativas: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e Bolsa-Formação.

Esta variada quantidade de iniciativas do Programa explicita que o Pronatec comportou praticamente todas as realizações vinculadas à educação profissional durante o governo Dilma Rousseff. Boa parte destas iniciativas relacionadas à qualificação profissional é anterior ao lançamento do Programa, servindo assim o Pronatec como o catalisador de diferentes ações. Diferentemente de seu antecessor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que caracterizou seu governo principalmente pela ampliação da estrutura física da Rede Federal de Educação, Dilma Rousseff teve como meta para a educação profissional ampliar o oferecimento de vagas por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (COSTA, 2015).

De todas as iniciativas do Pronatec a de maior visibilidade (e volume de recursos) é o oferecimento da Bolsa-Formação. A Bolsa-Formação consiste no oferecimento de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) e Técnicos, atendendo uma ampla gama de estudantes com faixa etária e nível de escolaridade variada. O oferecimento de cursos através desta iniciativa atende prioritariamente aos seguintes públicos: estudantes do ensino médio da rede pública,

trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio na rede pública ou como bolsistas de instituições privadas (BRASIL, 2011). A Bolsa-Formação pode ser de dois tipos: Bolsa-Formação Trabalhador e Bolsa-Formação Estudante. A primeira é voltada para trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda e a segunda para estudantes do ensino médio ou os que já o concluíram. Os usuários da Bolsa-Formação Trabalhador têm acesso aos cursos FIC, e os da Bolsa-estudante, aos cursos técnicos.

Inicialmente para o PRONATEC foi estabelecida a meta de ofertar 8 milhões de vagas de Bolsa-Formação no período 2011-2014. Esta meta foi superada em 2014, tendo o programa saltado de 900 mil matrículas, em 2011, para 8,1 milhões, em 2014.

Observa-se o predomínio da participação de mulheres e jovens nos cursos: as mulheres ocupando 60,37% das vagas e os jovens de 15 a 29 anos, 67,27%. Os negros representam 67,55% das matrículas, e 42,32% dos estudantes da Bolsa-Formação do Pronatec possuem ensino médio completo (SISTEC, 2014).

Em 2015, como resultado dos cortes orçamentários, o Pronatec sofreu corte de vagas, apresentando previsão de oferta 57% menor em comparação a 2014. Segundo o Ministério da Educação, em 2015 1,3 milhão de vagas estavam garantidas. A pasta cortou R\$ 362,8 milhões do orçamento do PRONATEC (FOREQUE; CRUZ, 2015). Em 2016 deveriam ser criadas dois milhões de vagas no Programa e seriam investidos cerca de 65% do aplicado no ano anterior.

O Pronatec foi filho direto da crença no “apagão de mão de obra”. Muitos acreditavam que, frente aos notáveis índices de crescimento econômico e emprego observados na primeira década do século XXI, era necessária a formação de mão de obra qualificada para essa conjuntura.

É possível constatar, a partir de dados do IBGE (2016b) (Tabela 1), que desde o ano de 2005 vinha ocorrendo uma contínua queda nos índices de desemprego, chegando no ano de 2014 a este índice ser de apenas 9,8%, metade do nível de desemprego registrado no ano de 2005.

TABELA 1								
Evolução da taxa de desemprego nos meses de novembro para o conjunto das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.								
2005	2006	2007	2008	2011	2012	2013	2014	2015
9,6	9,5	8,2	7,6	5,2	4,9	4,6	4,8	7,5

Fonte: IBGE (2016b).

Anteriormente à crise não houve apenas uma modificação no quantitativo de trabalhadores empregados, modificou também a estrutura do mercado de trabalho. Houve mudanças positivas em relação à diminuição da informalidade e da precarização dos postos de trabalho.

De acordo com os dados da PNAD (2015), entre os anos de 2004 e 2014, foi reduzido de 44,9 para 41,5 milhões de pessoas empregadas na informalidade. Inversamente, cresceu o contingente de pessoas ocupadas na formalidade, passando no mesmo período de 37,8 para 56,6 milhões de trabalhadores empregados.

A pesquisa também registrou em igual período melhoria nos rendimentos dos trabalhadores. No entanto, estes índices começaram a mudar de maneira contundente a partir de 2015 em virtude de uma mudança brusca no quadro da economia brasileira. Alta da inflação, queda do PIB, disparada do dólar levando a uma substantiva mudança nos índices de emprego e desemprego.

A taxa de desemprego pulou de 4,8% em novembro de 2014, para 11,3% agosto de 2016, levando a ser registrado no Brasil um total de 11,6 milhões de pessoas desempregadas³.

No ano de 2016, em meio ao aprofundamento da crise política e da crise econômica, os índices de desemprego para a juventude tornaram-se mais uma vez alarmantes. De acordo com os dados da PME⁴ para o mês de fevereiro de 2016, a população entre 18 e 24 anos representava 10,5% das pessoas em idade para trabalhar, mas representava 30,7% do total de desempregados (IBGE, 2016).

Segundo os dados do IBGE (2016) a população entre 14 e 17 anos apresentava um índice de desemprego na ordem de 38,7% e os jovens entre 18 e 24 anos amargaram o percentual de desemprego na ordem de 24%. Comparando-se os índices de 2016 com os anteriormente apresentados referentes ao ano de 2013, pode-se observar que os índices de desemprego subiram de forma espantosa: entre os jovens entre 18 e 24 anos, saltou de 13,6 para 24%, ou seja, quase 10 pontos percentuais.

De acordo com estes dados, o segundo trimestre de 2016 representou a menor participação de jovens entre 18 e 24 anos na população ocupada, evidenciando o fato de que na crise do desemprego, os jovens são os mais prejudicados.

³ Embora tenhamos chegado ao ano de 2017 a cerca de 14 milhões de pessoas desempregadas, optamos por no interior dos textos usar como referência dados que estivessem mais próximos do momento no qual as entrevistas foram realizadas.

⁴ Iniciada em 1980, a Pesquisa Mensal de Emprego é baseada em dados sobre o mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil: Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Também são assustadores os dados referentes ao público ente 15 e 17 anos, idade ideal para cursar o ensino médio. Este grupo, que estava paulatinamente tendo uma presença maior na escola, com a crise econômica, mostrou-se obrigado a recorrer a um emprego para garantia de uma renda. Os índices de desemprego para esta faixa etária subiram entre 2013 e 2016 quase 15 pontos percentuais.

Considerando os índices de desemprego juvenil nos anos de 2013 ou de 2016 fica evidenciado que eles são sempre bem superiores aos registrados para grupos de faixas etárias maiores. Em 2013, para o grupo entre 30 e 39 anos, a taxa de desemprego foi de apenas 5,35%. Já em 2016, para o grupo entre 29 e 35 anos, o percentual de desemprego, embora tenha crescido, ficou na ordem de 10,4%. Tais índices evidenciam mais ainda o quanto, para a juventude, a problemática do desemprego é muito mais acentuada.

Estes dados são importantes para que possamos compreender o Pronatec em uma nova conjuntura onde se foram os ventos de “pleno emprego” disseminados na última década. Pesadelos como o desemprego, a contratação precarizada, aparecem agora de maneira mais clara. É neste contexto de insegurança e de desconfiança e em relação ao futuro que passamos agora mostrar os resultados das entrevistas que realizamos com egressos de cursos do Pronatec objetivando captar as repercussões da passagem por estes cursos, marcadamente no referente à inserção no mercado de trabalho.

Os cursos do Pronatec e as expectativas de se arranjar um emprego

Ao serem indagados sobre quais eram suas expectativas quando do ingresso nos cursos do Pronatec, os técnicos egressos deram depoimentos indicando grande ansiedade por um futuro melhor e a certeza de que os estudos realizados no IFPE seriam o almejado passaporte para o mercado de trabalho:

*A minha expectativa ao princípio era **ter uma formação em um curto espaço de tempo** [...] A minha intenção era ter uma formação em um curto espaço de tempo e logo poder ingressar no mercado de trabalho (Egresso Alimentos 1).*

*A expectativa inicial era de **arrumar um emprego bom**. Numa área diferente que eu nunca tinha cursado, um curso de alimentos (Egresso Alimentos 3).*

*Expectativa de aprendizado e de conhecimento. **Achei que seria um curso que ia proporcionar uma vaga de emprego assim mais fácil**, porque a gente tava saindo do ensino médio então era uma qualificação a mais (Egresso Alimentos 4).*

*Eu pensava que, pelo mercado, **fazendo esse curso eu iria conseguir arrumar um emprego logo, um emprego bom**... foi o que eu tava pensando quando eu comecei o curso (Egresso Segurança do Trabalho 1).*

Todos os depoimentos colhidos levam a uma conclusão: os entrevistados acreditavam na conquista efetiva de uma colocação satisfatória no mercado de trabalho depois de terem concluído o curso técnico. Pode-se evidenciar a partir dos depoimentos que para os entrevistados a não conquista de um emprego é fruto da ausência de qualificação profissional. Por outro lado, pode-se constatar em virtude da pouca duração dos cursos, havia a expectativa de uma rápida inserção no mercado de trabalho.

O imaginário explicitado por estes depoimentos vai ao encontro da constatação de Santos e Soares (2015) em pesquisa realizada quando identificaram nos jovens a crença no esforço individual, na sorte e nas oportunidades como fundamentais para a obtenção do emprego, também assinalando que, para os jovens da classe trabalhadora, ingressar no mercado de trabalho é um desejo prevalente. Talvez em função do forte apelo ideológico de que no Brasil existem empregos, mas o maior responsável pelo desemprego juvenil seja a pouca qualificação que os jovens dispõem, não encontramos entre os egressos entrevistados uma leitura mais crítica sobre o quanto a conjuntura econômica seja um fator a ser considerado para se pensar as facilidades e/ou dificuldades de se conseguir um emprego. De qualquer forma, pode-se constatar que há uma auto responsabilização pela situação de desemprego, sendo a aquisição de uma certificação a possibilidade reversão deste quadro.

As expectativas positivas dos egressos estão em sintonia com o Plano do Curso Técnico em Alimentos, que reitera as repetidas categorias “apagão de mão de obra” e “empregabilidade”. Este Plano prevê um futuro profissional assegurado para os jovens técnicos, fazendo uma análise no mínimo aligeirada e por vezes ufanista sobre a conjuntura econômica da cidade de Vitória de Santo Antão:

Atualmente, a partir da interiorização da industrialização verificada no estado, temos visto a implantação de grandes empresas, sobretudo na categoria alimentícia, incluindo grandes multinacionais. **Por outro lado a utilização da mão de obra local tem se apresentado limitada, principalmente nos casos mais específicos, como o Técnico em Alimentos, curso que até então não é oferecido na região** (IFPE, 2012, p. 5, grifos nossos).

Neste trecho, o Plano de Curso defende o fortalecimento da presença de mão de obra local nas indústrias, indicando que essa presença não acontece pela inexistência na região do curso técnico promovido. Repete-se assim um discurso bem conhecido de “há vagas, faltam profissionais”, ou o preocupante “as nossas vagas são tomadas por gente de outro lugar”. No entanto, nossa pesquisa constatou que o emprego gerado pelos empreendimentos da indústria alimentícia da cidade na maior parte das vezes prescinde da formação técnica. O trecho seguinte do mesmo Plano reitera o curso como sendo a garantia de emprego aos seus estudantes:

Consideram-se, ainda, as seguintes vantagens: **Garantia de colocação dos egressos do Curso no mercado de trabalho da região e/ou outros estados; Necessidade crescente, no mercado de trabalho, de profissionais qualificados nas áreas respectivas** (IFPE, 2012, p. 6, grifos nossos).

O Plano do Curso Técnico em Segurança do Trabalho também reforça, embora de maneira menos enfática do que o de Técnico em Alimentos, a importância do curso para a obtenção de uma ocupação:

O Técnico em Segurança do Trabalho encontra ampla inserção no mercado de trabalho, podendo compartilhar equipe multidisciplinar voltada à promoção da segurança e a saúde nos ambientes de trabalho, participando ativamente do controle de fatores de riscos que possam comprometer a saúde e a Produtividade (IFPE, 2012, grifos nossos).

Ingressar em um curso técnico parece ser o passaporte para o mundo laboral e a garantia de emprego para estes estudantes, visão reforçada pelo discurso governamental ao promover estes cursos. Reforça-se uma leitura pouco esclarecedora dos fatores que são determinantes de uma possível entrada no mercado de trabalho. Ao se alimentar a convicção de que a problemática do desemprego está no próprio indivíduo, reforça-se o pensamento de que os trabalhadores, notadamente os jovens, devem assumir o papel de empreendedores de si mesmos. Tornando-se responsáveis por suas trajetórias profissionais. Bem como pelo seu sucesso ou fracasso no referente à conquista de um emprego.

Na prática a situação de pobreza, subemprego ou desemprego é incorporada pelos jovens trabalhadores como algo que diz respeito ao seu esforço próprio e as suas estratégias de alcançar um trabalho, uma renda, uma forma de sobrevivência. Reforça-se a ideologia neoliberal que individualiza os fracassos e sucessos.

Imerso numa sociedade onde predomina a ideologia liberal com sua falsa aparência de democracia, o jovem oriundo dos segmentos socioeconômicos mais baixos acaba por se responsabilizar exclusivamente pelo seu destino e se culpabilizar pela não superação dos obstáculos, visto que, segundo essa ideologia, o mérito ou demérito de cada um constitui o critério básico de mobilidade social (BASTOS, 2005, p. 41).

A expectativa de que com a realização do curso técnico seja garantida a conquista de um emprego não é exclusiva dos técnicos recém-formados e dos formuladores dos cursos. Todos os gestores e docentes entrevistados partilham essa visão. Quando questionados sobre se acreditavam que os concluintes dos cursos técnicos conseguiriam empregos, os depoentes reforçam a crença do curso técnico como o passaporte para a tão sonhada ocupação:

Sim. Principalmente dos dois Cursos Técnicos, pela qualidade do Instituto. Tanto Segurança do Trabalho, quanto o Curso de Alimentos, pela própria qualidade do curso que é ofertado aqui no Instituto, e pela quantidade de vagas que tem disponível aqui em Vitória, eu acredito que sim (Gestor 1).

Bom! Os que se empenharam, acredito que sim. Porque eles tiveram um bom curso. Tanto de Segurança, como com o de Alimentos, a gente teve uma boa formação. Os professores se empenharam bastante. Eu acredito que sim (Gestor 2).

Acredito. Positivamente acredito. Acredito que qualquer curso técnico de formação, ele leva à inclusão. A gente tem alguns alunos aqui do próprio PRONATEC, que já dois ou três dos doze que formaram, que estão incluídos. Então não tem como dizer que não leva. Novamente, acho que o processo é de, de acesso, permanência e êxito (Docente 2).

A crença no êxito dos egressos também está ligada ao pensamento de que existem diversas possibilidades de sucesso profissional, não limitadas à conquista de um emprego. O empreendedorismo aparece no depoimento seguinte:

Com certeza. Porque ele observa o seguinte: nós temos uma área fundamental. É que o aluno dentro do curso, principalmente de alimento, ele passa a ter a condição de produtor de alimentos, onde ele pode abrir o seu próprio negócio. Às vezes é mais fácil do que na própria agricultura, porque a agricultura demanda de você ter terra, ter mais patrimônio, mas na produção de alimentos, pra você ter uma fábrica de polpa de frutas, é uma fábrica de derivados de leite, então ele abre esse leque pra pessoa saber que quando termina o curso dele, ele tem quatro caminhos: continuar estudando, trabalhar pra ele próprio, trabalhar pra uma empresa, ou ficar parado, que ninguém deseja (Docente 1).

Outro depoimento conjuga a defesa de que é o interesse do estudante imprescindível para seu êxito profissional, mas conjugando este fator com a suposta nomeação do município de Vitória de Santo Antão como “polo da área de alimentos”, reforçando a crença em uma conjuntura favorável para o emprego de técnicos neste município.

A preparação é dada, na área de alimentos. Vitória hoje é um polo na área de alimentos [...] a inserção no Mercado de Trabalho, é também um interesse do jovem querer entrar no mercado de trabalho. Nós temos casos de alunos aqui que fizeram PRONATEC e estão fazendo Educação Física no Ensino Superior. Veja, não é que não tenha nada a ver não, alimentos tem a ver com saúde, alimentos faz parte de um curso como esse na área de saúde, mas é isso que eu tô dizendo, o mercado de trabalho existe, a necessidade do técnico existe, mas assim, a necessidade de dar continuidade ao curso é pessoal (Docente 3).

A crença no poder do esforço pessoal como fator prevalente para a obtenção de um espaço em um disputado mercado profissional está relacionada ao pensamento que defende o chamado “mérito” individual como diferencial entre o sucesso ou a exclusão na vida profissional. O discurso da meritocracia, ao enfatizar a lógica individual como a produtora de riquezas, é perverso quando constatamos as condições em que vivem os trabalhadores, em um contexto crescente de precarização do emprego e de ameaça real de desemprego (SILVA, 2010). Este discurso é útil para a classe dominante à medida que esconde as reais causas da impossibilidade de obtenção de emprego ou da realidade da inserção precária de milhões de trabalhadores, especialmente os jovens mais pobres, público central dos cursos técnicos pesquisados.

Como já havia destacado Oliveira (2015) no âmbito governamental, no pensar das elites empresariais e das agências multilaterais, oculta-se que vivenciamos um processo histórico de exploração econômica, que é diretamente responsável pela pobreza e qualidade da escola pública. Neste sentido, fortalecer a compreensão de que os sujeitos devem mobilizar-se no sentido de construir estratégias de sobrevivência, negligenciando os limites que eles têm no referente a qualidade da sua formação, termina por inverter a compreensão dos reais fatores que se colocam como obstáculos à conquista de um emprego, de uma boa escola, de uma qualidade de vida melhor. Como nos alertava Frigotto (1989), o determinante torna-se determinado.

Contudo é sempre bom lembrar, como nos alertou Arroyo (2010), a visão meritocrática alimenta as políticas públicas voltadas à qualificação dos trabalhadores mais pobres. Servem como mecanismos de legitimação da ordem burguesa e objetivam também a legitimação da ação estatal visando criar mecanismos cada vez mais eficientes de controle do capital sobre a força de trabalho, bem como aumentar as possibilidades de acumulação:

As políticas e projetos são pensados como solução, como oportunidades oferecidas; como pontes, ao menos como passarelas ou pinguelas para esses percursos de passagem. Ao Estado e suas instituições cabe oferecer essas pontes e passarelas. Mas não para todos indistintamente passarem, através de qualquer percurso. Apenas os esforçados, exitosos, merecerão passar. A crise dessa mediação trabalho-educação é um dos elementos que tocam de maneira mais radical na crise da relação entre políticas educacionais e desigualdades. O trabalho, prometido como mediador da correção das desigualdades, torna-se uma das fronteiras mais cruéis de aumento e aprofundamento das desigualdades. O Estado solução, corretor das desigualdades, passa a cumprir o papel da regulação da crise estrutural do trabalho, seja pela flexibilização dos direitos do trabalho, da estabilidade dos salários, seja deixando as relações de trabalho à mercê do mercado, de sua segmentação ou da polarização entre trabalhos, qualificação, salários. A escolarização básica fica o papel de capacitar para uma inserção precária, instável, nos trabalhos desqualificados (p.1399).

Ao serem ofertadas oportunidades como o Pronatec para grande contingente populacional, o mesmo aparece como a travessia citada por Arroyo. Uma travessia duplamente funcional ao capital, por justificar as condições materiais dos que são apresentados como “fracassados”, e para junto aos “exitosos” construir sua realidade predominante de empregos precarizados, subempregos e crescente exército de reserva.

Almeida & Souza (2015), em pesquisas realizadas sobre a implementação do Pronatec no Rio Grande do Sul, verificaram que vários fatores levam os indivíduos a se matricularem nos cursos do Programa, entretanto duas questões são constantes nas respostas: a primeira é a falta de emprego e a segunda, a qualificação profissional que o mercado de trabalho exige cada vez mais. Os estudantes tinham a expectativa, com a formação técnica, de desenvolverem sua carreira e realizar seus planos profissionais com sucesso. Então, fica claro

existir em outros espaços o mesmo desejo de profissionalização predominante nos depoimentos dos egressos de Vitória de Santo Antão.

Constatamos no processo de investigação que a procura pelos cursos do PRONATEC também se configura em virtude dos jovens necessitarem de profissionalização em curto espaço de tempo. Para o jovem da classe trabalhadora inexistente a moratória social que o permitiria desenvolver plenamente sua formação educacional.

O jovem com uma formação ainda incipiente se lança ao mercado de trabalho para a garantia de sua sobrevivência e/ou da própria família. De acordo com os dados registrados pelo DIEESE (2015), a partir de dados fornecidos pelo IBGE referentes à PNAD de 2014, 64,6% dos jovens entre 18 e 24 anos acessaram seu primeiro emprego em 2014, sem ter concluído, pelo menos, o ensino médio.

Não é possível generalizar o argumento da moratória social para todos os jovens, uma vez que para muitos, o trabalho não é somente uma forma de construir uma trajetória profissional. Muitos jovens, ao ingressar no mercado de trabalho, almejam uma forma de contribuir para sua sobrevivência e de sua família. Além disso, muitos se lançam em busca de trabalho para complementar a renda familiar, diante da situação de desemprego de familiares (NARCISO, 2011, p. 56).

Também em nossa pesquisa se destaca nos depoimentos dos egressos a importância do curso realizado ser gratuito. Nos últimos cinco anos houve a chegada de importantes grupos privados ofertantes de cursos técnicos em Vitória de Santo Antão. Podemos dar como exemplo o Curso de Técnico em Segurança do Trabalho, com uma mensalidade de cerca de R\$ 400,00 quando realizado em uma das escolas privadas da cidade, valor inacessível para muitos trabalhadores.

As expectativas frustradas diante da realidade da falta de emprego

Noronha (2013), em momento anterior à realização de nossa pesquisa, ao estudar diferentes aspectos do município de Vitória de Santo Antão, identificou a chegada de novas indústrias ao município (notadamente a BR Foods e a Kraft Foods), a compra da tradicional CIV por um grupo norte-americano e a implantação de um shopping, sendo possível graças a políticas de renúncia fiscal e, por vezes, doações de terrenos e benfeitorias a essas empresas. Este quadro apontava para um alto grau de entusiasmo na cidade, fator importante na definição pela oferta de cursos técnicos do Pronatec.

No ano de 2016 a realidade econômica do país e, conseqüentemente, a realidade do mercado de trabalho se apresentam de forma diferente da existente na época do início da implementação dos cursos do Pronatec.

Em 2012, quando os egressos iniciaram seus cursos técnicos, a taxa de desemprego aferida pelo IBGE foi a menor desde o início da realização da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em 2002.

Com a crise econômica do país, sentida de maneira mais aguda a partir de 2015, o cenário tem uma sensível alteração. Em 2016, a PME aferida em fevereiro atesta que 64,5% dos desocupados tinham 11 anos ou mais de estudo (frente a 63,2% em fevereiro do ano anterior), 21,9%, oito a dez anos (variação somente de 0,5% com relação a março do ano anterior) e 13,7% tem menos de oito anos de escolaridade ou nenhuma instrução formal (frente a 15,4% do mesmo mês de 2015) (IBGE, 2016). Fica clara a parcela mais escolarizada, onde se encontram os egressos dos cursos técnicos, sendo muito prejudicada com a retração do mercado de trabalho.

Os números mostrados nos últimos parágrafos, além da análise conjuntural feita anteriormente sobre o movimento de “desenvolvimento” do município de Vitória de Santo Antão, podem ser elementos iniciais para ajudar a explicar o paradoxo entre as expectativas dos egressos e a realidade laboral enfrentada pelos mesmos. Quando questionados sobre a oferta de trabalho para técnicos em segurança do trabalho ou em alimentos, os egressos assim responderam:

É pequena. Porque assim, a maioria das Indústrias que tem aqui, já tem, tá entendendo? E se a gente fosse procurar, a gente teria que ir para outras cidades. No caso, Suape. E que hoje em dia, nem tá tanto assim atrás da área de Segurança do Trabalho (Egresso Segurança do Trabalho 5).

Rapaz, a procura é pouca demais... eu não vou dizer pra você números porque no momento eu não sei, mas é muito pouco, muito pouco mesmo. Nada (Egresso Alimentos 3).

Eu acho que a procura é pouca, que as empresas ainda não abriram os horizontes para buscar o centro de formação que inclui o PRONATEC. A procura é pouca (Egresso Alimentos 1).

O mesmo jovem que percebia o curso técnico como passaporte fundamental para o ingresso no mercado de trabalho é o que constata que sua formação não contribuiu efetivamente para sua colocação profissional.

A realidade é bem diferente do sonho da “empregabilidade” apresentado pelos documentos governamentais e pelo fácil discurso das elites econômicas. Os egressos deparam-se com a realidade de que a educação não pode por si só alterar a estrutura ocupacional e social, e as oportunidades de emprego e os níveis salariais dependem muito mais do jogo do mercado de trabalho do que da escolaridade do trabalhador, sendo os interesses do capital e não a qualificação individual determinantes para se conseguir um emprego (KUNZER, 2007).

Contrariando a Teoria do Capital Humano, a elevação dos níveis de escolaridade – num quadro de estagnação econômica, baixo investimento em tecnologia e precarização do trabalho – acaba se mostrando insuficiente para potencializar a geração de trabalho. Apesar disso, prosseguem as vertentes daqueles que acreditam no papel independente da educação com relação à mobilidade social ascendente (POCHMANN, 2004, p. 387).

Depois de concluído o curso, os técnicos em alimentos e segurança de trabalho se depararam com a não inserção no mercado de trabalho. Nenhum dos egressos tinha, com quase dois anos de conclusão do curso, conquistado a vaga de técnico tão esperada. Os depoimentos abaixo revelam essa frustração quando indagados se a expectativa que tinham ao iniciar o curso havia sido concretizada:

A expectativa inicial era de arrumar um emprego bom. Numa área diferente que eu nunca tinha... nunca tinha cursado um curso de alimentos, e a expectativa por enquanto ainda não atendeu não, mas tô à procura. (Egresso Alimentos 3)

A questão de conhecimentos sim, mas a questão de me realizar profissionalmente, ainda não. (Egresso Alimentos 5)

Foi concretizada. Em poucos tempos, mas depois não foi muito concretizada não [...] terminei o curso, mas não ingressei ainda na minha expectativa que eu queria, Técnico em Segurança do Trabalho, entendeu? (Egresso Segurança do Trabalho 2)

Duas constatações afloram dos depoimentos acima: a realidade de que o realizar um curso técnico não trouxe para os egressos o emprego desejado, e a esperança que essa realidade mude (“por enquanto não atendeu”; “não ingressei ainda”). Esta realidade é constatada por outras pesquisas. A maioria dos estudantes de curso técnico realizado pelo PRONATEC no SENAI-MG não tinha conseguido um emprego, segundo Contarine e Oliveira (2013).

A “flexibilização” como imposição para conseguir um emprego

Após a conclusão do curso, alguns egressos conquistaram ocupações em empresas. Para Fagiani et al (2013), diante da falta de empregos melhores, os jovens se colocam à disposição do mercado, aceitando exercer funções diferentes de sua qualificação profissional. Supermercados, padarias e indústrias de alimentos foram os lugares onde encontramos estes egressos, divididos entre a frustração por não exercerem a função de técnico e a felicidade de conquistar o primeiro emprego

E3, egresso do curso de Alimentos, à época da entrevista trabalhando como atendente em uma grande padaria da região, responde assim ao ser indagado se suas expectativas profissionais foram atendidas após a conclusão do curso:

Na minha atual? Eu digo que sim e não... Sim porque eu trabalho com alimentos, trabalho com alimentos, dou opiniões, é... Ensino... Não sou professor, mas ensino muita gente aqui ainda, até pessoas que são mais antigas, tudinho na padaria, mas sempre tô aqui dizendo, não, isso aqui assim, isso aqui assim, mas eu não exerço minha função Técnico em Alimentos (Egresso Alimentos 3).

E1, também egressa do curso de alimentos¹, trabalhando como recepcionista em um importante hotel do município, mesmo sem ter conseguido o desejado cargo de Técnico em Alimentos, segue almejando a ansiada vaga, respondendo desta forma ao ser indagada se a passagem pelo curso é importante para conseguir um emprego:

É importante, porque, assim, se tá difícil conseguir com o curso, com a formação, imagina sem ele. Então eu acho que é válido você tentar, lógico. Você tem que se identificar com o curso, você tem que se identificar com a área, mas eu acho que é importante você se profissionalizar. Às vezes você não precisa, é... se você ficar só pensando assim, é... Se você só vai fazer, se você ingressar no mercado de trabalho, você não vai fazer nada, você tem que arriscar, você tem que se profissionalizar, você tem que estar pronto pras oportunidades que venham a surgir. Eu não acredito que eu nunca vou arrumar emprego nessa área. Pode ser que eu venha, daqui a dois, três anos, alguém veja meu currículo, veja que eu tenho formação, eu faça uma experiência, e daí eu consiga ingressar (Egresso Alimentos 1).

A frustração por não ter conseguido o emprego de na área de formação técnica, não se configura em desesperança. Há no âmbito do depoimento analisado a crença que o curso realizado aumentou seu nível de empregabilidade. Conseguir o emprego desejado é uma questão de tempo. a contínua preparação profissional condição para aproveitar as oportunidades que vão surgir. De acordo com Carmo e Alves (2013), a qualificação profissional não garante empregos instantâneos, mas serve para manter muitos trabalhadores esperançoso das implicações positivas oriundas do diploma

Ter concluído o Curso Técnico em Segurança do Trabalho não valeu para a Egressa 2ST uma colocação menos precarizada no mercado de trabalho. A jovem, que é arrimo de família, trabalha como caixa de supermercado em loja pertencente a uma grande rede varejista multinacional. Indagada se sua formação técnica tinha servido de algo no processo seletivo, a depoente diz o seguinte:

Valeu. Valeu de alguma coisa. Porque ele perguntou né, o que eu era, tudinho, aí eu disse que estagiei, tudinho, aí ele fez: tá certo. Valeu de alguma coisa (Egresso Segurança do Trabalho 2).

Embora aparentemente a experiência no Programa tenha servido com diferencial na entrevista que a selecionou, as funções desempenhadas não demandam qualificação profissional técnica, não é preciso nem mesmo o ensino médio para desempenhar essas funções. Os empregadores no Brasil têm o privilégio de exigir nas seleções para postos de trabalho em suas empresas uma escolarização superior à normalmente exigida para os cargos,

simplesmente porque o nível de escolaridade dos candidatos é superior ao compatível minimamente com estes empregos (OLIVEIRA, 2015).

A Egressa 6 do curso de Alimentos embora já estivesse trabalhando em um dos grandes empreendimentos da região de Vitória de Santo Antão no momento de realização das entrevistas, evidencia que não teve sua expectativa de ser contratada como realizada, mas que não perdeu a esperança de uma dia isto se concretiza.

Eu tinha uma expectativa muito grande que depois quando começou o curso foi só sendo alimentada, como hoje ainda tenho, em atuar na área e ser uma grande técnica [...] esta expectativa tá próxima de ser concretizada, porque eu trabalho na área, só preciso ser realmente uma técnica agora (Egresso Alimentos 6).

O Contraditório é que ela revela que não a certificação a definidora para se conseguir a vaga de técnico em Alimentos:

Não, elas não exigem formação não, até porque na área de produção, antes de a gente entrar, a gente tem uma formação que chamam de integração, um treinamento, e daí é um treinamento geral em que pode-se, e daí, se você quiser uma abordagem maior em geral, será quando você subir de cargo, como estou falando, pra ser uma técnica. Mesmo que você tenha o técnico vai ser uma coisa para aquela área, vai ser uma coisa básica, o que pode e o que não pode (...) não é necessário ter o curso pra entrar lá, pode ter o ensino médio completo. Chegar lá ele vai dar as instruções necessárias. São três dias, só com as instruções necessárias, e daí você já pode ir para a produção (Egresso Alimentos 6).

Este depoimento da egressa é interessante para desconstruir o discurso de que “há vagas, mas falta pessoal qualificado”. A qualificação da maioria dos trabalhadores, inclusive em uma grande empresa multinacional, como a que a egressa trabalha, se dá na própria fábrica. Estando, assim, praticamente desconectada com as formações profissionais promovidas por outros entes públicos ou privados.

Como há nos últimos anos um crescimento do número de trabalhadores com melhor qualificação e certificação, a classe patronal tem a opção de fazer maiores exigências de escolaridade, mesmo para ocupações que não necessitam deste nível educacional. Desta forma, a certificação cabe para empregos que anteriormente não a exigiam.

Esta realidade se mostra para a E6, já que na multinacional onde trabalha há diversas operárias com a certificação técnica:

Assim como eu, tinha outra menina que eu terminei meu curso técnico e ela terminou agroindústria também (...) ou seja, seriam mais duas concorrentes, várias pessoas que têm lá com agroindústria, não têm o técnico em alimento porque é um curso novo, assim, da área da gente, do ponto de vista, mas agroindústria muitos têm (...) são técnicas, porém não atuam.

Frigotto (2011) alerta que para o mercado não há sociedade e sim indivíduos em competição, pois neste mundo da acumulação flexível não há lugar para todos. Sendo assim, a conclusão ou não de um curso técnico pode ser de validade nula para amplas camadas da população. Para Demo (1999), há mistificações em torno do debate sobre a qualificação profissional, sendo uma das mistificações afirmar que a profissionalização gera emprego, e outra, a que nos faz acreditar nessa formação como responsável por deixar o trabalhador mais selecionável.

Considerações finais

Quando discutimos os dados referentes à presença dos jovens na escola ou no mercado de trabalho, às vezes restringimos nossas análises a questões pontuais, tais como: o jovem trabalha ou não trabalha? Está estudando ou está fora da escola? Está cursando a série ou o nível de ensino ideal? Ao esmiuçarmos estes questionamentos é mais perceptível como a problemática do desemprego ou a forma de inserção no mercado laboral se configura diferentemente para os diversos grupos sociais. Fazendo esta imersão somos capazes de ampliar a análise da forma de inserção da juventude brasileira no mercado de trabalho, bem como estabelecer novos parâmetros para investigar a relação de contribuição ou de adversidade entre a escola e o “mundo do trabalho”.

Torna-se necessário analisar a relação entre juventude, escola e trabalho, tendo como referência as singularidades dos sujeitos juvenis, de forma a melhor analisar as contribuições da escola para os jovens enfrentarem as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

No nosso entendimento as políticas públicas voltadas para juventude brasileira, além de serem fragmentadas e dispersas e não envolverem a juventude nas suas elaborações, não se materializam a partir de um diálogo entre os diversos agentes envolvidos em sua concretização, levando a não encontrarmos ainda na sociedade brasileira uma política de Estado voltada para a juventude. Neste sentido, na tríade educação-juventude-trabalho, defendemos que as ações se mostraram cúmplices do ingresso precarizado de muitos jovens no mercado de trabalho e o Pronatec é uma das melhores expressões disto.

Como destacou Oliveira (2015), as práticas de formação profissional voltadas à juventude servem para moldar os trabalhadores à lógica do capital e têm um papel ativo na formação de trabalhadores para ocuparem postos precarizados. Como o pensamento hegemônico é o ligado à Teoria do Capital Humano, os egressos, mesmo percebendo e vivenciando a exclusão social e a aparente inutilidade de sua formação profissional em sua região e na sua atual condição profissional, continuam reiterando a importância do curso, e muitas vezes criando expectativas de empregos em outros lugares, regiões muitas vezes já

saturadas de profissionais e com um exército de reserva já bem mais numeroso do que o da cidade de Vitória de Santo Antão.

Os alunos culpam a ofertante dos cursos pela sua atual situação profissional de desemprego ou subemprego, ora culpam a si mesmos. Em nenhum momento os egressos atribuem fatores como a crise econômica, o capitalismo ou qualquer outro para culpar pela sua frustração.

No nosso entendimento ao predominar no Pronatec o oferecimento de cursos aligeirados e desvinculados de qualquer perspectiva de formação omnilateral. A lógica apresentada é a instrumentalização do estudante para um hipotético trabalho futuro. Trata-se de uma educação convenientemente desqualificada, enquanto geradora de subsídios diretamente voltados ao mundo do trabalho, porém útil na produção da subordinação da classe trabalhadora (CARMO; ALVES, 2013).

Assim, concluímos que as ações do PRONATEC terminam por fortalecer o senso comum, reforçando a visão meritocrática que serve para a criminalização da pobreza e, acima de tudo, para a ilusão de que a educação transforma individualmente a vida das pessoas

Referências

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; SOUZA, Kairo Vinícios Queiroz de. POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA: experiências do Pronatec em São Borja/RS. *Revista Mediação*, v. 17, n. 20, p. 157-172, 2015.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez/UNICAMP, 1995.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.31, n.113, out/dez, p.1381-1416, 2010.

BRASIL. *Lei 12513/2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm. Acesso em 30 mar. 2015

CARMO, Roney Gusmão; ALVES, Ana Elizabeth Santos. Trabalho e Educação: Entre as ambiguidades da Teoria do Capital Humano e os reais interesses dos trabalhadores sobre a escola. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v.22, n.1, p.129-141, 2013.

CONTARINE, Marina Lindaura Maranha; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. PRONATEC: estudo de caso realizado em um curso técnico de nível médio, em Belo Horizonte. *Boletim Técnico Senac*, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p.109, jan/abr. 2014.

DELUIZ, Neise *et al.* *Metodologias e resultados do acompanhamento de egressos da educação profissional*. Texto apresentado no Seminário Nacional de Educação Profissional, Brasília, 2003.

DIEESE. *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015: juventude*. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2015/sistPubLivreto6Jovens.pdf>. Acesso em 07 jul. 2017.

FAGIANI, C.C. et al. Trabalho e Educação Profissional no Brasil: formação humana ou para o mercado? In: BATISTA, E.L.; MULLER, M.T. (orgs.). *A Educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2013, p. 203-218.

FRANCO, Maria C i a v a t t a . Qualificação, formação ou educação profissional? Pensando além da semântica. *Contexto e educação*, Ijuí, RS, n. 51, p. 67-86, jul./set. 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr., 2011.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Educação e Deslocamento: resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf. Acesso em 10 set. 2016.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Trabalho e Rendimento: resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71075> .Acesso em 08 jul. 2017.

IBGE. Indicadores IBGE. *Indicadores IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego Fevereiro 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/pme_201602pubCompleta.pdf. Acesso em 10 set. 2016.

IFPE. *Plano de Curso Técnico em Segurança do Trabalho (Pronatec)*. Vitória de Santo Antão, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade dnegada\;o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação e Sociedade*, v.28, n. 100 - Especial. p. 1153-1178, out., 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. *Educação e Sociedade*. Campinas, SP, n. 64, p.13-49, set. 1998.

NARCISO, Roseane de Aguiar Lisboa. *Lei da Aprendizagem e a Busca dos Jovens pela Construção de uma Trajetória Profissional a partir da Lei da Aprendizagem*. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT03/GT_03_x54x.pdf. Acesso em 2 dez 2014

NORONHA, Eugênio Augusto Pessoa de. *Análise das potencialidades e vulnerabilidades socioambientais decorrentes do processo de expansão da industrialização no município de Vitória de Santo Antão-PE*. 2013. Dissertação (Mestrado profissional em gestão do desenvolvimento local sustentável – GDLS)- FCAP. UPE, Recife, 2013.

OLIVEIRA, Ramon de. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. *Diálogo Educacional*, v.15, n. 44, p.247 - 266, jan./abr., 2015.

PAIVA, Vanilda. Inovação tecnológica e qualificação. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, n. 50, p. 70-92, abr. 1995.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.25, n.87, p. 383-399, mai./ago.2004.

RAMOS, Marise Nogueira. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Vilmar Ezequiel; SOARES, Cássia Baldini. Valores sociais de jovens de diferentes grupos sociais: em pauta a educação. *Axionomia*, v. 1, n. 1, p. 42-63, 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselaine Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, n. 61, p. 21-35, dez. 1997.

Revisores

Língua Portuguesa | Maria Rosicleide Alves Nunes Gonçalves
E-mail: rosinunes1406@hotmail.com

Língua Inglesa | Cláudia De Holanda Barros Dias
E-mail: claudiadias@recife.ifpe.edu.br

Língua Espanhola | Maria Carolina Bello Cavalcanti Da Silva
E-mail: carolbello@recife.ifpe.edu.br